



POR  
**Mário Pinto**

Professor Catedrático  
Jubilado da Universidade  
Católica Portuguesa.  
Presidente do  
Conselho Editorial  
de Nova Cidadania



| Mário Pinto, Pe. João Seabra |

# Fé e Liberdade

## O mistério Primordial

Recebo este prémio, sentindo-me muito honrado pelo que ele diz, «fé e liberdade», mas também por quem assim me distingue, pessoas e instituições que muito admiro e estimo.

**N**ão posso contudo deixar de acrescentar que, além de honrado, também me sinto algo interpelado, pela responsabilidade do seu recebimento. Sentimentos portanto algo desencontrados, de prazer e de alguma turbacção.

«Fé e liberdade», um prémio assim chamado, tem o nome do mistério primordial soprado na criatura humana. E portanto faz tremer, embora me venha maciamente embalado em benevolentes amizades.

Já desde há muito, no fundo nos tempos, se anunciou este prémio, de modos diversos, mas escolho um, não tão recuado como o do Génesis, por estas palavras claríssimas, no livro do Eclesiástico, numa minha tradução livre, mas escrupulosa, da Bíblia de Jerusalém:

«Foi Ele [Deus] que no princípio fez o homem e o entregou à sua livre decisão. Se quiseres, tu cumprirás os mandamentos, para teres fé na Sua vontade. Diante de ti, Ele [Deus] pôs o fogo e a água, para qual deles tu quiseres,

estenderás a mão.  
 [E de imediato remata assim, o mestre]  
 Diante dos homens, estão a vida e a morte.  
 À sua escolha, uma ou outra lhe é dada (Ecl 15, 14-17).

Portanto, eis aqui,  
 em transcendente e místico sentido,  
 o arquétipo do lema da nossa querida revista Nova Cida-  
 nia:  
 «liberdade e responsabilidade pessoal».

Não recebo este prémio como um certificado,  
 e aceito que o que ele mais faz é picar-me  
 para que testemunhe da fé e da liberdade.  
 Procurarei, com breves reflexões pessoais,  
 corresponder com gratidão  
 e depois hei-de esforçar-me por ficar tranquilo.

## II

Se na história do mundo há questão humana, pessoal e social,  
 a mais primitiva e dramática entre todas,  
 talvez seja precisamente a da «fé e liberdade».  
 Duas entidades genéticas inscritas no nosso ADN espiritual,  
 verdadeiramente polarizadoras da nossa vida pessoal,  
 essencialmente de relação.  
 A fé: é o outro;  
 a liberdade: sou eu.

Esta descoberta estará logo na primeira vivência do bebé:  
 que, primeiro, na fé, descobre o rosto da sua mãe;  
 e logo lhe responde:  
 não com medo, não com rejeição, mas, na esperança,  
 livremente num sorriso de gozoso amor.  
 E é assim que ele entra na sua consciência,  
 muito antes... muito antes...  
 de poder dizer: penso, logo existo.

Aquela original vivência do bebé,  
 de primeiro confiar, não duvidar, que descobriu o outro,  
 e logo depois lhe sorrir em liberdade,  
 é como uma espécie de primeira respiração espiritual,  
 um despertar do espírito na humana pessoa,  
 e vai ficar depois,  
 como matricial íntima chama,  
 em cada homem,  
 queira ou não queira, enquanto viver.

Antropologicamente, não se conhecem comunidades huma-  
 nas  
 onde a fé não resida,  
 como sopro de inspiração pessoal  
 e também como fonte de ordem social.  
 Não se imaginam comunidades humanas onde as pessoas  
 — e decorrentemente as suas redes relacionais naturais mais  
 próximas,  
 isto é, as espontâneas e racionais pequenas comunidades,  
 a começar pelas famílias —  
 não teçam a sua vida social



**Portanto, eis aqui, em  
 transcendente e místico  
 sentido, o arquétipo do lema  
 da nossa querida revista  
 Nova Cidadania: «liberdade e  
 responsabilidade pessoal»**

nos dois fios da teia e da trama  
 que são os da fé e da liberdade:  
 na fé no outro,  
 e na liberdade em mim,  
 que irreprimivelmente se tornam também  
 fé em mim  
 e liberdade no outro.

Talvez melhor,  
 esta teia é como uma dança de amor, ou uma luta de morte  
 — porque dança e luta não passam de variações da mesma  
 inicial vida,  
 que é comunicação.  
 E o seu lugar é em mais do que um palco, em que a vida  
 vive.  
 Desde logo, o mais aparente é o palco social,  
 das relações objectivas, visíveis entre as pessoas.  
 Mas há um outro palco, esse menos visível,  
 mas não de todo inescrutável,  
 que é o das consciências pessoais.  
 Aqui também a fé e a liberdade dançam, ou lutam.  
 Ambos os palcos se comunicam, no escuro por detrás do ce-  
 nário de fundo:  
 a fé e a liberdade, a autonomia e a heteronomia,  
 num jogo revelado escondido,  
 cuja melhor parábola me parece talvez ser  
 a de um jogo de crianças.  
 Qual é ele?

Na seu infantil chamar, lucidíssimo,  
 dão a este jogo dois nomes muito eloquentes:  
 um, quando dizem, vamos jogar ao «esconde-esconde»;  
 outro, quando dizem, vamos jogar à «apanhada».

Esconder e apanhar são evidentemente  
 os dois movimentos principais do jogo social da história hu-  
 mana,  
 que ao contrário do infantil gozo lúdico inocente,  
 chega aos extremos pecaminosos da mais violenta desuma-  
 nidade,  
 quando encontramos, na apanhada,  
 o absolutismo totalitário da polis  
 (ou o seu eco do fundamentalismo da religião oficial),

## ESPECIAL

*contra o esconde-esconde da objecção de consciência mártir  
da pessoa recolhida e só.*

*Não falo de imagens de retórica, nem de ficções romanescas;  
falo de dramas reais, negros e desgraçados,  
além do que se possa imaginar.  
Bem o sabemos. Antigos; modernos; recentes;  
a acontecer neste momento exacto e no minuto seguinte.  
A humanidade vem progredindo em humanismo, sim.  
Eu creio fortemente que está operando aí  
o cumprimento da promessa da vitória final do Espírito.  
Mas este progresso, na nossa desfalecência,  
não caminha em progressão linear,  
não sem quedas e sem redenções, sem mortes e ressurreições,  
sem confissões, sem penitências, sem conversões.*

*Por isso, a esta luz, é justo e necessário avaliar o nosso presente  
e prever o nosso futuro.  
Telegraficamente, e talvez codificadamente,  
direi que, para o efeito, entram aqui coisas que nos não faltam,  
mas se calhar nos faltam:  
a doutrina; o discernimento; e a política.*

*A doutrina, essa,  
os cristãos temo-la de modo misticamente multi-media e on-line  
na pessoa viva de Jesus Cristo,  
presente na Sua Igreja, pelo Espírito Santo.  
E não discursarei sobre este mistério,  
gozoso, luminoso, doloroso e glorioso,  
pentecostal.  
Quem quiser, que venha e veja.*

*O discernimento, temo-lo na luz do Espírito.  
Quem quiser, que seja respeitoso e atento  
ao que o Espírito diz às Igrejas  
e a si próprio.*

*Quanto à política,  
essa é, enquanto leigos, a nossa parte mais inteira,  
e me pergunto se, ao menos,  
a fazemos tanto quanto a sofremos,  
e a purificamos tanto quanto a sujamos.  
Quem quiser, sacrifique o seu comodismo  
e ofereça a palavra e as mãos nalguma coisa.*

*Mas por detrás destas três coisas,  
e para serem vivas,  
a fé e a liberdade precisam doutras três:  
a vigilância, a oração e o sacrifício.*

*Quanto à vigilância,  
direi que andamos talvez distraídos,  
algo descuidados,  
instalados no nosso bem-estar.*



*Monsenhor João Evangelista, Adriano Moreira, Barbosa de Melo, Amândio de Azevedo, Jorge Braga de Macedo, Salvador Corrêa de Sá, Graça Cordovil, João Carlos Espada*

*Quanto à oração,  
que evidentemente é o cunho da vigilância,  
deixem-me intercalar aqui uma tese:  
aquele que não ora,  
ou está adormecido, ou é um separado da criação, um suicida  
— como pode acordado viver,  
sem olhar, sem escutar, sem interrogar,  
sem contemplar, sem esperar, sem pedir?  
Porque nenhuma destas coisas  
é verdadeiramente possível fora da oração.  
A oração é a simbiose com a vida:  
quanto mais se ora, quanto mais se simbiosa,  
mais se vive.*

*Finalmente o sacrifício,  
ele é o little bang do nosso melhor despertar pessoal:  
enquanto não explodir, não há ainda luz;  
nem há portanto bem acordada vida humana.*

### III

*As ciências biológicas identificam na natureza  
um espantoso fenómeno fundamental,  
o da chamada «co-evolução».  
A co-evolução é um processo biológico  
em que duas espécies exercem influência uma sobre a outra  
e assim evoluem juntas.  
Note-se: evoluem juntas.*



**Mas alguns destes acham bem que as liberdades possam proibir expressões da fé. Em nome da liberdade dos outros, dos não crentes. Como se a simples expressão da fé fosse ofensiva**

No plano por assim dizer espiritual, a fé e a liberdade são como uma co-evolução interior na alma humana.

Não se conflituam; antes evoluem juntas, se se amarem sacrificialmente, como as espécies simbióticas da natureza, como o homem que é criatura esposada homem e mulher.

Porém, sabemos que nem todas as interações entre seres vivos geram co-evolução na natureza, porque podem ter relações diferentes: desde o amor-atracción que sacrifica ou que desfruta o outro, ao parasitismo egoísta e até à luta de morte invejosa ou odiosa. Algo de análogo se verifica no plano que agora nos interessa, das relações entre a fé e a liberdade, no íntimo do homem e nas relações entre os homens. Também a fé pode querer utilizar ou até matar a liberdade, e vice-versa. Nestes casos, cada uma delas se condena, ao querer ficar só; e corre o risco de esmorecer e até morrer.

Na sua fenomenologia social-política, a fé e a liberdade não são, vale a pena repeti-lo, nem necessariamente antitéticas, nem necessariamente simbióticas; e podem ser variadamente cooperativas e variadamente competitivas. Este é uma temática actualíssima, da fé e da razão, em que Joseph Ratzinger, agora querido Papa Emérito, tanto insistiu. Não devemos retirar a questão da agenda, porque ela continua viva, como desde o princípio.

No plano político-social, e em todos os outros planos, esta questão é desde o primeiro momento infinitamente dramática, no Ocidente, com a fé cristã; porque ficou logo inicialmente apresentada e representada no supremo drama divino e humano da morte mártir de Cristo,

sacrifício da fé que liberta causado pela fé que oprime (o clericalismo da religião hebraica), de conúbio com a idolatria cesarista do poder político sobre a liberdade. É assim que resplende a verdadeira matriz genética, espiritual e universal, do cristianismo.

Li num recente artigo do cardeal Gianfranco Ravasi, o seguinte:

«Sem liberdade não há verdadeira fé».

E pergunto: «e sem fé, há verdadeira liberdade?»

Esta é uma pergunta que talvez pareça absurda aos não crentes.

Mas é muito séria, para os cristãos, a quem foi dito que é a fé, a verdade da fé, que liberta. Estamos longe de manter hoje esta questão bem aberta e bem escaldante na ordem do dia.

Hoje muitos consideram inquestionável que a liberdade não pode condenar a fé. Assim afirmam a liberdade dos crentes. Mas alguns destes acham bem que as liberdades possam proibir expressões da fé. Em nome da liberdade dos outros, dos não crentes. Como se a simples expressão da fé fosse ofensiva. Como se a fé fosse uma incomunicação, um segredo de Estado, defendido como tal, incomunicável, ou ao menos pouco comunicável.

Os episódios repetem-se, e actualmente agravam-se quando têm expressão de legalidade imposta pelos tribunais. Cria-se, assim — talvez melhor, recria-se, porque o fenómeno é antigo — uma excepção. Na nossa pós-modernidade, em que tudo é permitido, tudo é pró-choice, há uma excepção: a da liberdade religiosa, que se estende à excepção da escola privada.

Afirmam-se com força novas orientações» — este é agora o conceito — que devem ser consagradas e respeitadas sem limites. Por exemplo, as orientações sexuais ou de género, que basta que alguém as afirme para si próprio, logo são oficialmente certificadas. Mas há uma «orientação» que pode ser discriminada — desprotegida do novíssimo crime de ódio — apesar de as Constituições Políticas dizerem que não é admissível a discriminação por razões de religião.

A excepção é absurda. Quanto à fé: talvez eu pudesse, ainda que dificilmente, chegar à fé, e à sua fidelidade, na liberdade apenas interior da minha consciência, na minha igreja-gueto,

como quem vai tomar droga a um local tolerado.  
Mas isso não é liberdade religiosa,  
não é simplesmente liberdade;  
que não permite a verdadeira fé,  
que é por essência comunicação,  
recebida, respondida, partilhada, transmitida,  
como comunicação inteira essencial que é.

Ainda muito eloquente é que aqueles  
que não toleram bem a comunicação de uma confissão de fé,  
pretendam depois limitar a coerência da fé:  
já não apenas a sua comunicação, mas a sua fidelidade.  
Refiro-me à negação, ou regulação, da objecção de consci-  
ência.  
Um problema que aumenta, hoje.

Factos recentes, de significado aterrador, nos deviam per-  
turbar  
mais do que parece que mediaticamente perturbam.  
Talvez porque já não é em termos de guerra violenta  
que se nos apresentam,  
mas em respeitável e pacífica jurisprudência de tribunais  
e em instâncias internacionais dos direitos humanos.

Ora, a propósito desta segurança de tribunais  
presumidamente respeitáveis  
que decidem de direitos humanos,  
e não aceitam a objecção de consciência,  
eu aqui recorro S. João Crisóstomo,  
que disse: *Fides in periculis secunda est, in securitate pericli-  
tatur*  
— é no perigo que a fé é segura; na segurança, fica compro-  
metida.

Note-se que S. João Crisóstomo falou assim  
já conhecendo a segurança do constantinismo.  
— O nosso povo, na sua inspirada sabedoria milenar,  
bem que também traduziu a santa prudência num belo rifão,  
que recomenda assim: rezar ao santo até passar o barranco.  
Ora como a vida é um infundável caminho de barrancos...

## IV

Deixem-me ir a casos relatados, e logo esquecidos.  
Podiam ser outros quaisquer, escolhidos de entre milhões por  
dia.  
Mas prefiro transcrever notícias, há poucos meses publicadas,  
da livre Britania.

«Começa hoje a ser ouvido no Tribunal Europeu dos Direitos do  
Homem um caso que opõe quatro cristãos ao Governo do Reino  
Unido. Os quatro súbditos britânicos acusam o seu Governo de  
discriminar contra eles no que diz respeito à liberdade religio-  
sa no local de trabalho. Nadia Eweida, ex-funcionária da British  
Airways, foi despedida quando se recusou a tirar um crucifixo  
que usava ao pescoço. Um caso semelhante aconteceu à enfer-  
meira Shirley Chaplin, que foi removida para uma posição de se-  
cretariado por se recusar a retirar o crucifixo. Os outros dois ca-  
sos envolvidos no processo dizem respeito a Gary McFarlane, um  
conselheiro matrimonial, despedido depois de ter informado a

entidade patronal de que não se sentiria à vontade de dar sessões  
de terapia sexual a homossexuais; e a uma funcionária pública,  
Lillian Ladele, que foi sancionada quando se recusou a presidir a  
cerimónias de união de facto entre homossexuais.

Os quatro queixosos, todos cristãos, recorreram aos tribu-  
nais britânicos mas em todos os casos foi dada razão à en-  
tidade patronal. Levam assim a questão às instâncias euro-  
peias, alegando que o Governo está a violar os artigos 9º e 14º  
da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que proíbe a  
discriminação religiosa e garante a “liberdade de pensamen-  
to, consciência e religião”».

Continuando ainda com notícias publicadas da livre Ingla-  
terra. Transcrevo:

«Recentemente, uma agência de informação, a ACI, distribuiu  
um despacho com a notícia de que meninas estudantes cristãs do  
segundo grau de uma dada escola tomaram a decisão de se man-  
ter castas até ao casamento, e de usar um anel de prata como  
símbolo desse compromisso. As autoridades escolares decidi-  
ram então proibir o uso do anel, sob pretexto de que ia contra  
as regras do vestuário da escola. Pais das alunas lutaram com  
a escola por cerca de dois anos, e decidiram recorrer a tribu-  
nal para defender a liberdade das suas filhas. A escola é ingle-  
sa, e nela “há muçulmanas a quem se permite cobrir a cabeça,  
embora o véu não seja parte do uniforme, e raparigas Sikhs que  
podem usar bracelete, embora tampouco este seja parte do uni-  
forme”. Lydia, uma menina de 15 anos filha de um casal de nome  
Playfoot, declarou que já deixou de usar o anel porque — disse —  
foi um tempo muito difícil, dados os castigos e o isolamento a que  
submetiam as alunas por esse motivo».

De França, não vale a pena, por brevidade, recordar a re-  
cente batalha da escola livre, com Mitterrand, e depois as arru-  
adas contra o uso de símbolos e de hábitos religiosos nas escolas  
e até na via pública. Nestes dias, Vincent Peillon, o Ministro da  
Educação do Governo socialista de Hollande, reabre, em nova  
batalha, a guerra do velho republicanismo jacobino, com uma  
lei dita da refundação da escola republicana pública monopoli-  
ta, em que torna obrigatório o ensino de uma moral laica.

Também em Itália, novos episódios.

Em Itália, está na ordem do dia a questão do embate entre  
os que afirmam implicitamente um dever do Estado de garantir  
o aborto apoiado positivamente no sistema público de saúde, e  
os que invocam o seu direito de objecção de consciência quanto  
a auxiliar o aborto voluntário, em nome do dever de respeito à  
vida intra-uterina, que a Constituição diz merecer protecção.  
As estatísticas do Ministério da Saúde italiano revelam que a  
percentagem de objectores de consciência contra o aborto en-  
tre os médicos tem vindo a aumentar, e não a diminuir, como  
alguns previam; e se continuar a tendência, em breve o aborto  
não será possível com assistência médica, porque a taxa já se  
aproxima de cem por cento.

Perante isto, os movimentos abortistas puseram uma acção  
contra a Itália, no Conselho da Europa. E esta acção não foi re-  
cusada pelo Conselho.

Para os abortistas, a objecção de consciência não é um direi-



**Monsenhor João Evangelista, João Salgueiro, Adriano Moreira, Barbosa de Melo, Amândio de Azevedo**

to, mas uma simples concessão individual, caso a caso. Quando a lei de um país autoriza o aborto, as autoridades devem tornar efectivo o acesso ao aborto. Assim, sem mais. Mesmo que à custa de obrigar cidadãos contra as suas objecções de consciência.

Ora, como e quando é que o Estado pode garantir algo, quando isso exige a colaboração de uma pessoa contra a objecção da sua consciência? Conhecemos o caso milenar da guerra, matar ou morrer, como caso limite. Mas temos agora novos casos, no pós moderno Estado Providência. Que avança entrando em domínios pessoais que não são públicos, designadamente no ensino público e na prestação de cuidados de cuidados de saúde.

Exactamente nos cuidados de saúde, recentes leis subversivas das rupturas culturais, com poucos anos ou meses, da nossa civilização avançadíssima da dignidade humana e das liberdades individuais, querem rasgar o milenar juramento de Hipócrates, que nem ainda era cristão. E dizia assim, no original clássico (vale a pena reler, belo que ele é):

*«Eu juro, por Apolo, médico, por Esculápio, Higeia e Panaceia, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo o meu poder e a minha razão, a promessa que se segue: estimar, tanto quanto a meus pais, aquele que me ensinou esta arte; fazer vida comum e, se necessário for, com ele partilhar meus bens; ter seus filhos por meus próprios irmãos; ensinar-lhes esta arte, se eles tiverem necessidade de aprendê-la, sem remuneração e sem compromisso escrito; fazer participar dos preceitos, das lições e de todo o resto do ensino, meus filhos, os de meu mestre e os discípulos inscritos segundo os regulamentos da profissão, porém, só a estes. Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei por prazer, nem*

*remédio mortal nem um conselho que induza à morte. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva. Conservarei imaculada minha vida e a minha arte».*

Que belo!

A quem entregavam a sua liberdade estes homens de há 25 séculos!

E a quem entregamos hoje a nossa liberdade?

Dostoievski teve um sugestivo dito

que vale bem para aqui, e tem que ver com a fé e a liberdade.

Escreveu ele:

«Tal como o cão, ao qual quando se atira um pau,

logo ele o traz de volta,

assim também, para muitos,

a liberdade é como algo que logo eles trazem de volta ao poder».

Ou – acrescento eu – pior ainda:

logo transformam religiosamente em poder dominador.

V

Já me alonguei demasiado.

Permitam-me terminar estas palavras de agradecimento,

brindando à fé e à liberdade,

com a esperança de Job.

*Job, de alma já presa e em abissal desolação desfalecente,*

*resistiu ainda assim, na fé e na liberdade,*

*pela esperança derradeira,*

*que gritou por estas palavras,*

*que são finais (em minha tradução da Bíblia de Jerusalém):*

*«Fazei silêncio. Agora eu vou falar, suceda o que me suceder. Eu ferro a minha carne com os meus dentes; e agarro a minha vida com as minhas mãos. Ele [Deus] pode-me matar. Mas eu não tenho outra esperança, se não defender a minha conduta perante Ele. E isso me salvará, porque, definitivamente, um ímpio não ousaria comparecer na Sua presença» (livro do JOB, 13, 13-16).*

**Absoluto! Insuperável! Poderoso!**

*Sucedam na sociedade o que suceder à expressão da fé e da liberdade,*

*a esperança pessoal salva sempre garantidamente a nossa alma,*

*o nosso ser,*

*portanto a nossa fé e a nossa liberdade,*

*quando tem, mas tem mesmo,*

*como em Job, atrás de si,*

*a justiça e a paz da consciência,*

*e, à sua frente,*

*Aquele em quem pomos toda a nossa confiança.*

*Aqui reside a vitória que ninguém derrota.*

*Nem mesmo Deus.*

*Basta, mas é necessário, afirmá-la,*

*num grito único que seja,*

*se pleno e definitivo,*

*de esperança.*

Muito obrigado. ■